

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 1. Identificação da Reunião

1ª Reunião Extraordinária da Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão (CEFIC) no ano de 2024.

Data	Horário	Local
15/05/2024	16h30	Casa Civil

### 2. Pauta

#### 2.1 Abertura

#### 2.2 Informes sobre o Rio Grande do Sul

#### 2.3 Novo Alinhamento Estratégico da CEFIC

#### 2.4 Status da emissão da CIN

#### 2.5 Deliberações e Informes Gerais

- Reporte do GTT de Segurança
- Reporte Orçamentário
- Congresso da Cidadania Digital
- Previsão Calendário da CEFIC

#### 2.6 Encerramento

### 3. Participantes

PARTICIPANTES	CARGO/POSIÇÃO	ÓRGÃO
Pedro Helena Pontual Machado	Titular CEFIC Secretário-Executivo Adjunto da CC	Casa Civil da Presidência da República (CC-PR)
Carlos Antônio Lopes de Araújo	Assessor Especial	
Enylson Camolesi	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	
Rogério Souza Mascarenhas	Secretário-Executivo da CEFIC Secretário de Governo Digital	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) / Secretaria de Governo Digital (SGD)
Eduardo Magalhães de Lacerda Filho	Secretário-Executivo Adjunto da CEFIC	MGI/SGD

	Coordenador-Geral de Identificação Civil	
Simone Cabanelas Martinez	Assessora Técnica	
Ana Maria Costa Cândido Lacerda	Analista Técnica de Políticas Sociais	
Rafael Neves Carvalho	Coordenador Operacional de Cadastros e Benefícios Fiscais	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)
Rerinton Weldert Gomes	Suplente CEFIC Coordenador-Geral de Gestão de Cadastro e Benefícios Fiscais	
Solange Berto de Medeiros	Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
Vanessa Fusco Nogueira Simões	Diretor de Gestão e Integração de Informações	
Marivaldo Pereira	Secretário-Executivo Adjunto	
Ana Estela Haddad	Secretária de Informação e Saúde Digital do Brasil	Ministério da Saúde
Caroline Dias dos Reis	Secretária-Executiva Adjunta	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

#### 4. Relato

Na abertura da reunião, Pedro Pontual destaca que o ano de 2023 foi de aprendizado sobre a melhor forma de avançar com os trabalhos da CEFIC na estrutura do Governo. Neste sentido, observa que, em 2024, foi necessário dedicar tempo para estabelecer a forma de desenvolvimento dos trabalhos, permitindo a definição de metas concretas.

Rogério Mascarenhas informa que a Secretaria de Governo Digital (SGD) tem trabalhado em ações no Rio Grande do Sul (RS), incluindo: a) reemissão, inclusive em abrigos, de Carteira de Identidade Nacional (CIN), viabilizada pelo fato de o estado já ter emitido mais de um milhão destes documentos; b) uso da API com aproximadamente 7 milhões de registros de CIN para identificação de mortos. Sinaliza que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) solicitou 14 milhões de reais, por meio de Junta de Execução Orçamentária (JEO), para auxiliar o Instituto de Identificação do RS a reimprimir as identidades e mitigar os prejuízos de equipamentos. A solicitação será analisada no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

Pedro Pontual contextualiza historicamente a identificação no país e o projeto da CIN. Apresenta os números relacionados à emissão deste documento por Unidade Federativa (UF) e no país, que, atualmente, totaliza 6,9 milhões de CIN's emitidas. Observa que a meta é que todas as UF's emitam CIN, pois, atualmente, 24 UF's emitem o documento. O estado da Bahia (BA) confirmou que iniciará a emissão em junho, mas Amapá (AP) e Roraima (RR) ainda não possuem datas definidas. Além disso, há estados híbridos, ou seja, que emitem CIN e o Registro Geral antigo, como, por exemplo, São Paulo (SP).

Na sequência, Pedro Pontual apresenta a estrutura da CEFIC e coloca em relevo os eixos estratégicos, a saber: identificação de cidadãos, identificação para serviços e qualificação de cadastros administrativos. A partir destes eixos, apresenta a proposta de que a estruturação do programa/atuação da CEFIC se dê por grupos de trabalhos que tenham o diagnóstico do que precisa ser feito, construam como serão atendidas as demandas e que apresentem resultados/produtos.

Eduardo Lacerda esclarece que a proposta é que sejam constituídos três Grupos de Trabalhos Técnicos (GTT's): 1) Planejamento: dedicado à pactuação do planejamento estruturado, ao monitoramento e à articulação de resolução de problemas e ao relato executivo à CEFIC; 2) Estados: dedicado ao acompanhamento e à implementação da CIN nos Estados, à identificação de problemas e ao alinhamento de proposta de normas que afetem aos estados; 3) Técnico: dedicado ao compartilhamento/alinhamento dos trabalhos técnicos dos diferentes órgãos e à preparação de resoluções técnicas da CEFIC.

Pedro Pontual complementa informando que após várias reuniões entre Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e Casa Civil da Presidência da República (CC-PR) foi entendido que o trabalho da CEFIC deve ser orientado a resultados. Neste sentido, é necessário propor um *loco* específico para discussões voltadas para o planejamento, para a autonomia e articulação entre os estados e para os aspectos técnicos.

Caroline Reis indica que foi feito o pleito de participação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) na CEFIC, contudo, foi entendido que não era o momento de inserção de novos membros na Câmara. Considerando este fato, ela questiona se o MDHC poderia participar como convidado nos Grupos.

Pedro Pontual concorda com a participação do MDHC.

Lacerda apresenta a proposta de Cronograma para 2024:

- Julho: reuso de biometria em emissão de segunda via e CIN emergencial;
- Agosto: incorporar o serviço de controle de emissão ao fluxo de emissão e padronização de informações de identificação;
- Setembro: credenciamento de instituições públicas e empresas privadas para atuarem como Gráficas da CIN;
- Outubro: regras de captura/coleta e armazenamento de dados biométricos para a CIN; auditoria e fiscalização de instituições públicas e empresas privadas credenciadas para operar no contexto da CIN.
- Dezembro: parametrização do processo biométrico federal, regras de divergência e incorporação ao fluxo de emissão, assinatura de ACT sobre registro do civil (CEFIC – CNJ) e revisão do decreto nº 11.797/23.

Enylson Camolesi diz que importante pactuar com os estados a auditoria. Rogério Mascarenhas concorda com a colocação, destaca que há um pleito de aporte de verba federal, que, até o momento, não foi aprovada e reforça o papel dos GTT's.

Pedro Pontual destaca a importância dos representantes que irão constituir os GTT's.

A reunião segue para a parte de Deliberações e informes.

Sobre elementos de segurança, Rafael Carvalho pontua que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) já realiza reuniões com os institutos de identificação dos estados e que nestas são

tratadas questões técnicas. Rerinton Gomes sinaliza que já foram identificados pontos para melhorias no processo.

Sobre a situação orçamentária, Rogério Mascarenhas ressalta que para os estados emitirem mais CIN's, eles precisam de mais recursos; ainda que tenha sido solicitado 14 milhões de reais, por meio de Junta de Execução Orçamentária (JEO), a destinação seria apenas para o RS. Pedro Pontual destaca que há expectativa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) estudar o uso do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para fins de implementação da CIN. Marivaldo Pereira diz que a nova direção do SENASP está se dedicando ao tema, que é prioritário no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Vanessa Simões informa que teve uma reunião com Camila Pintarelli, do SENASP, e que ela se mostrou empenhada a destinar e executar o fundo para implementação da CIN. Solange Medeiros diz que as minutas sobre a normatização do assunto já estão prontas. Marivaldo Pereira observa que, uma vez aprovado o uso do FNSP para emissão da CIN, será necessária estratégia de comunicação.

Sobre o App de leitura de QR Code - CIN Física, Solange Medeiros informa que a fábrica de software foi contratada pelo MJSP e que o App está quase pronto e pede 90 dias para apresentar o resultado. Deste modo, Pedro Pontual define que 15/08/2024 será a data de entrega do App.

Fica acordado que até a próxima reunião da CEFIC já terão sido instalados os 3 GTT's e que a Secretaria-Executiva da CEFIC irá enviar o calendário das próximas reuniões, sendo estabelecidos como dias de reuniões a primeira terça-feira de cada mês (02/07, 06/08, 03/09, 01/10, 05/11 e 03/12/2024).

#### 5. Encaminhamentos:

1. Elaboração, submissão para votação e publicação de resoluções CEFIC que instituem os três GTT's.
2. Início dos trabalhos de planejamento, monitoramento e produção de trabalhos técnicos pactuados para o ano de 2024.
3. Inclusão das datas nas ações apresentadas no planejamento.
4. Envio do calendário das próximas reuniões.
5. Minuta da proposta de MP que prorroga a Lei nº 14.534/23.